

HORTOMERCADOS COBAL - RIO DE JANEIRO:

Tomba-se a forma ou preserva-se o significado?

Ricardo Ferreira Lopes¹

Lélia Mendes de Vasconcellos²

¹ Arquiteto urbanista. Bolsista CAPES, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (EAU-UFF). Professor auxiliar na FAU das Faculdades Integradas Silva e Souza.
Rua Lagoa Redonda, 386/202, Inhaúma, CEP 21051-380, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Telefone: +55 21 25642768. E-mail: ricardof.lopez@yahoo.com.br

² Arquiteta urbanista, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.
Rua Professor Saldanha, 154/101, Jardim Botânico, CEP 22461-220, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Telefone: +55 21 22663961. E-mail: lemv@uol.com.br

HORTOMERCADOS COBAL - RIO DE JANEIRO: Tomba-se a forma ou preserva-se o significado?

RESUMO

Este artigo pretende avaliar o processo de tombamento provisório dos Hortomercados COBAL, focalizando a unidade Humaitá, localizada na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. Além dos produtos hortifrutigranjeiros vendidos, verifica-se hoje uma considerável concentração de outras atividades comerciais, tais como, bares e restaurantes os quais trazem uma nova vitalidade ao lugar. Ele passa a representar um marco referencial para o bairro e localidades vizinhas. A partir da preocupação central: a de se tombarem uma edificação que foi concebida como uma estrutura temporária; busca-se compreender seu processo de tombamento através da análise de duas categorias distintas: a *forma* de sua edificação e o seu *significado* simbólico. A primeira envolve a própria materialidade arquitetônica e sua relevância tipológica. Para esta análise, toma-se como base a definição de um projeto de lei lançado em 2004, o qual defende o tombamento dos bens, justificando-os pela relevância arquitetônica, classificada como *brutalista*. Para compreender esta classificação fez-se necessário uma revisão de conceitos que apontem os principais expoentes do brutalismo nos cenários internacional e brasileiro. A segunda categoria trata da função social do espaço e seu processo de apropriação simbólica, decorrente das sucessivas transformações de uso ocorridas em seu interior. A diversidade de atividades encontrada nos hortomercados atualmente (comércio, gastronomia, cultura) reforça a idéia de “fruição” do uso arquitetônico. Entretanto, a existência de um conflitante jogo de interesses, que envolve agentes de diversas esferas, ameaça a permanência dos hortomercados, o que acarretou a iniciativa municipal de encaminhar e aprovar o tombamento provisório do bem. Com base em fontes primárias (jornais, periódicos, projeto de lei, decretos) pretende-se analisar os discursos dos diversos atores sociais envolvidos, pautando esta análise na reflexão de conceitos teóricos sobre *forma/tipo* e de *uso/significado*. A questão dá margem a uma discussão polêmica: a do tombamento arquitetônico ou a de seus valores simbólicos.

Palavras-chave: COBAL, arquitetura brutalista, tombamento.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the Hortomercado COBAL provisional preservation process, focusing on Humaitá unit, located in the Southern Zone of Rio de Janeiro City. Apart from the sale of some products, such as vegetables, fruits and grangers, it is noticeable today a significant concentration of other commercial activities like bars and restaurants which makes the place bustling. It starts to be seen as a landmark to the district and the surroundings. Taking into account the preservation of buildings which was designed as a temporary structure; there is an attempt to understand its preservation process through the analysis of two different categories: the shape of the building and its symbolic meaning. The first one involves its own architectural materiality and its type importance. In order to take this into analysis, a bill definition released in 2004 was taken as the basis of this discussion, which defends the preservation of heritage, considering the term brutalist in order to justify their architectural relevance. In an attempt to understand this label there was a need to make a revision of concepts which point out the main brutalism makers going through the international and Brazilian scenario. As regards to the second category, it deals with the social function of space and its symbolic appropriation process, as a product of the intensive changes of use occurred inside in its interior. The current diversity of activities found in the markets (commerce, gastronomy, culture) reinforces the idea of ‘fruition’ of its architectural use. However the existence of a puzzling play of interests involving agents from different positions threatens the maintenance of the markets which resulted in a Municipal initiative to direct and approve the provisional preservation of the heritage. Based on primary sources (newspapers, magazines, bill and decree) we intend to analyze the speech of various social actors involved, having this analysis based on reflexion of theoretical concepts in *shape/type* and *use/meaning*. This question gives room for a polemical discussion: the architectural preservation or its symbolic values?

Keywords: COBAL, brutalist architecture, preservation.

HORTOMERCADOS COBAL³ - RIO DE JANEIRO: Tomba-se a forma ou preserva-se o significado?

INTRODUÇÃO

É possível o tombamento definitivo de edificações concebidas com caráter de estruturas *provisórias*? Se a maioria dos monumentos foi concebida para ter uma longa permanência, e desta maneira contam a história da civilização, outros foram projetados para ter uma permanência provisória, o que se tornou possível devido à emergente industrialização e ao desenvolvimento das tecnologias da construção civil. A partir do fim do século XIX, as edificações, possibilitaram ser erguidas e desmontadas em curto espaço de tempo (HAZAN, 2003).

A resposta ao questionamento inicial é positiva e um dos exemplares mais conhecidos é a Torre Eiffel (*Fig. 1*), do engenheiro Gustave Eiffel. Construída entre 1887 e 1889 para sediar a Exposição Universal por ocasião do centenário da Revolução Francesa, a torre quase foi desmontada após a Exposição de 1900, mas foram as experiências de transmissão radiofônica que a salvaram do desmonte⁴. Sua *forma arquitetônica*, visualmente representada pela monumental estrutura arrojada de rendas metálicas garantiu tamanho sucesso que a tornou permanente, conferindo à cidade de Paris, o marco referencial na qual a sua imagem torna-se indissociável. A esta função pode-se atribuir o seu *significado simbólico*.



Fig. 1 – Torre Eiffel: Ícone de Paris. Eng^o Gustave Eiffel, 1887. Fonte: www.cendotec.org.br

³ COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos, órgão do Ministério da Agricultura criado em 1962 e extinto em 1990. O objetivo era dar ao governo, condição de operar diretamente no abastecimento, abrindo postos de varejo, ao invés de estimular a iniciativa privada para esta tarefa.

⁴ Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica, CENDOTEC, 2008.

Apesar de irônica, a reflexão supracitada serve de embasamento para a discussão de uma recente ocorrência. Trata-se do tombamento provisório dos Hortomercados COBAL do Humaitá e do Leblon em julho de 2008, por iniciativa da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro. A medida foi tomada com o objetivo de salvaguardar estes bens da ameaça de demolição. Mas qual a relevância que estes espaços apresentam para justificar tal decisão? Esta relevância estaria associada a sua *forma* ou ao seu *significado*?

O presente artigo pretende avaliar o processo de tombamento provisório dos Hortomercados COBAL focalizando, no entanto, a unidade Humaitá. O estudo de caso parte da hipótese de que esta edificação não possui valores expressos, apenas, por uma peculiar *tipologia arquitetônica*, mas apresenta características significativas relacionadas ao processo de apropriação simbólica. Este processo pode estar associado a sua *fruição*, uma vez que, desde a inauguração, em 1971, seu interior passou por sucessivas transformações de uso, tais como bares, restaurantes, e outras funções comerciais. Estas novas funções, ligadas à gastronomia, à boemia e à cultura, trouxeram outros significados para o bem. O hortomercado assumiu o papel de produtor de vitalidade urbana no Humaitá, assim como o de referencial do bairro e adjacências.

Embasado nesta hipótese, a análise do processo de tombamento do referido objeto será compreendida em duas categorias distintas: a *forma* da edificação e o seu *significado simbólico*. Emerge daí, a necessidade de rever alguns conceitos teóricos para avaliar, *a priori*, a relevância do partido arquitetônico e *a posteriori*, as relações sociais produzidas no local.

Metodologicamente, a análise aqui proposta divide-se em dois procedimentos distintos: estudo teórico e pesquisa empírica. Os referenciais teóricos foram adotados no intuito de compreender algumas definições dos binômios *forma/tipo* e *uso/significado*.

Associa-se ao primeiro binômio, a possibilidade de classificação tipológica do bem. Com base no Projeto de Lei Nº 2145/2004, de autoria do vereador Eliomar Coelho (PT), o qual adotou o brutalismo como relevância formal em uma das justificativas para seu tombamento, fez-se *mister* uma revisão de conceitos que pudessem esclarecer alguns fundamentos desta linguagem arquitetônica. Buscaram-se assim, referenciais teóricos nas publicações de Bruand (2003), Zein (2007) e Castelotti (2006), autores que apontaram os principais expoentes do brutalismo nos cenários internacional e brasileiro. O segundo, por conseguinte, priorizou o conceito de *significado*, como um elemento resultante do processo de *fruição do uso* que, segundo Gregotti (1978), é a capacidade da edificação permitir novas possibilidades de uso arquitetônico.

A pesquisa empírica, obtida por meio de fontes primárias, buscou conhecimento: (i) das justificativas de tombamento e das medidas de salvaguarda do bem, extraídas de documentos, tais como, projeto de lei e decretos publicados no período entre 2004 a 2008; (ii) dos acontecimentos e dos discursos dos atores sociais envolvidos, reconstituídos por meio de notícias de jornal e revistas, também publicadas no período recortado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMA E SIGNIFICADO

O conceito de *forma* é amplo e se presta a uma diversidade de acepções, que variam de acordo com sua área de interesse. Segundo Ferreira⁵, a *forma* é o “*modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta; configuração; feitio; feição exterior; manifestação; estado; modo; modelo; estrutura, arranjo e estilo em composição literária, musical e plástica [...]*”

Na geografia urbana, por exemplo, as cidades são vistas como uma “*coleção de formas geográficas*” (ABREU, 2006:30), uma vez que, o espaço geográfico engloba todas as “*coisas*”, que incluem a Natureza (objetos naturais e artificiais) e a sociedade (SANTOS, 1985). Segundo Abreu (*Op. cit.*), formas urbanas, tais como bairros e edifícios podem ser classificados quanto à *aparência* e ao *conteúdo*. Estas formas estão sempre mudando de significação, de acordo com o período de organização social pelo qual passou o espaço. Assim, formas-*aparência* antigas podem realizar conteúdos distintos para as quais foram criadas ou até desaparecer, “*se assim determinar a dinâmica da organização social*” (*Ibid.*).

No “*território da arquitetura*”⁶, por sua vez, nota-se uma relação semelhante ao movimento dialético entre forma e conteúdo abordados na geografia urbana. Semelhante, entretanto não igual, pois a arquitetura contempla a *forma* de um objeto materializado num lugar (ponto geográfico no espaço), enquanto a geografia aborda o espaço e todas as suas “*coisas*”. A forma arquitetônica só será possível quando esta se materializa, ou seja, o “*fazer arquitetura*” está relacionado ao “*fazer uma coisa, para construir um lugar*” (GREGOTTI, 1978:27).

Segundo Bacon⁷ (*apud.* CHING, 2002:33), “a forma arquitetônica é o ponto de contato entre massa e espaço [...]. Formas arquitetônicas, texturas, materiais, modulação de luz e sombra, cor, tudo se combina para injetar uma qualidade ou espírito que articula espaço”. No âmbito de sua *aparência*, a relação entre estes elementos são determinantes para a qualidade arquitetônica, uma vez que a forma é o aspecto material das coisas. A forma, através do *tipo*, assume a possibilidade de ser passível em ser reconhecida ou associada a outros objetos.

A noção do tipo possui, por sua vez, um vínculo “estrito” com a forma. De acordo com Gregotti (*Op.cit.*), o *tipo*, em sua complexidade estrutural, pode ser definido como um conjunto de traços característicos, o que nos permite a classificação da forma. A esta classificação denomina-se *tipologia*: “*disciplina que se ocupa da discussão, classificação e fundamentação dos tipos [...]*” (*Ibid.*: 151). O *tipo construtivo*, no entanto, é uma classificação específica do tipo e, segundo Gregotti é um “*exemplo dimensional de tipo imediatamente perceptível*” (*Ibid.*).

Além das especificidades formais associadas ao tipo, a obra arquitetônica possui *significados*, os quais podem ser adquiridos com o decorrer do tempo. Bem como a definição de *forma*, vale

⁵ Extraído de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

⁶ Termo adotado por Vittorio Gregotti, *Território da arquitetura*, 1978.

⁷ Edmund N. Bacon. *The Design of Cities*, 1974.

lembrar o termo *significado* também possui um sentido amplo. Para Ferreira (1986) *significado* é o mesmo que *significação* que, por sua vez, é “aquilo que as coisas querem dizer [...] aquilo que *significa* alguma coisa”.

Segundo Rapoport, o espaço “*é algo mais que uma realidade física e tridimensional*”, pois permite “*enunciar grande quantidade de significados diferentes*” (1978:26). O espaço simbólico pode ser considerado como uma categoria do “*espaço significativo*”, onde os indivíduos ou grupos sociais, o reconhecem e lhes dão significados simbólicos (*Ibid.*). O espaço social é, portanto, o utilizado pelos grupos sociais e reflete a estrutura de sua percepção e comportamento (*Ibid.*).

Para Santos (1986) “*os grupos sociais se reconhecem através da identificação de um espaço que lhes serve de base comum*” e nessas considerações não nos resta dúvida que muitos dos indivíduos os consideram significantes, por estes constituírem o seu cotidiano.

De acordo com Lynch, “*cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada uma está impregnada de lembranças e significados*” (1997:1). Os bens imóveis, partes físicas estacionárias da cidade, são construções formadas no espaço, percebidas e (ou) compartilhadas pelos indivíduos. Logo, “*não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com outros participantes*” (*Ibid.*:2) o que reforça a infinidade de significados que uma obra arquitetônica pode assumir para os indivíduos que atuam em um lugar.

Gregotti (*Op. cit*) atribui parte dos diversos significados de uma obra arquitetônica, ao “*plano da transformação da sua fruição no tempo*” (*Ibid.*:26), ou seja, da “*criação de novas necessidades*” ou das novas “*possibilidades de uso da arquitetura*” (*Ibid.*:177). Uma função atribuída à obra, a exemplo do hortomercado, indica um fato arquitetônico específico, o que acarreta em um partido arquitetônico (tipo construtivo) apropriado a este gênero funcional. Contudo, é possível que em uma edificação, executada originalmente para realizar determinada função, possa ser inserida por novas funções; outras, no entanto, “*podem desaparecer sem que se modifique a estrutura do tipo, alterando-se somente o gênero*” (*Ibid.*:154). Relaciona-se este fenômeno à fruição do uso.

Para Gregotti “*é impossível compreender o significado do martelo sem utilizá-lo*”. Somente “*através do seu uso para um fim determinado [que podemos] chegar a seu conhecimento, inclusive estético*” (*Ibid.*: 179). Destas considerações, remetemo-nos ao questionamento inicial do artigo, pautando-o uma nova ênfase: o que deverá ser selecionado no processo de tombamento definitivo de um tipo construtivo com caráter provisório: a *tipologia* de sua *forma* ou o *significado simbólico* adquirido com a *fruição* do seu uso? Percorreremos as próximas páginas em busca de um consenso.

O SURGIMENTO DA COBAL

As intervenções promovidas no Brasil pelas políticas públicas de abastecimento foram respostas às profundas mudanças na base econômica e na estrutura urbana observadas a partir da década de 1960 (VILELA, 2006).

A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) foi criada em 1962 visando atender ao crescimento da população, cada vez mais presente nos centros urbanos (REVISTA GÔNDOLA, mai. 2006). A precariedade e dispersão dos mercados tradicionais, incapazes de atender eficientemente à classe média urbana em expansão, fizeram com que alguns equipamentos fossem implantados como centrais de abastecimento e postos de varejo. O objetivo principal destes equipamentos era estabelecer alternativas para intervenção do governo no abastecimento. As principais expectativas eram a redução dos custos de comercialização e, conseqüentemente, dos preços dos alimentos aos consumidores (VILELA, *Op. cit.*).

No início da década de 1970, uma das iniciativas da COBAL foi implantar os hortomercados, que se destinavam ao comércio varejista de hortifrutigranjeiros, a partir de uma concepção moderna de padronização dos espaços de vendas. Esta concepção consistiu em concentrar os vendedores em um único espaço coberto, visando a melhoria das condições de higiene e a redução das perdas de alimentos perecíveis.

As unidades foram planejadas como modelo para áreas urbanas de renda média e alta (Instituto Brasileiro de Administração Municipal, IBAM, 1982). Com esta concepção, o Hortomercado Humaitá (*Fig. 2*) foi o primeiro das quatro unidades implantadas na cidade do Rio de Janeiro, seguidos pelas unidades do Leblon, Méier e Campinho, sendo as duas primeiras localizadas na Zona Sul e as outras duas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

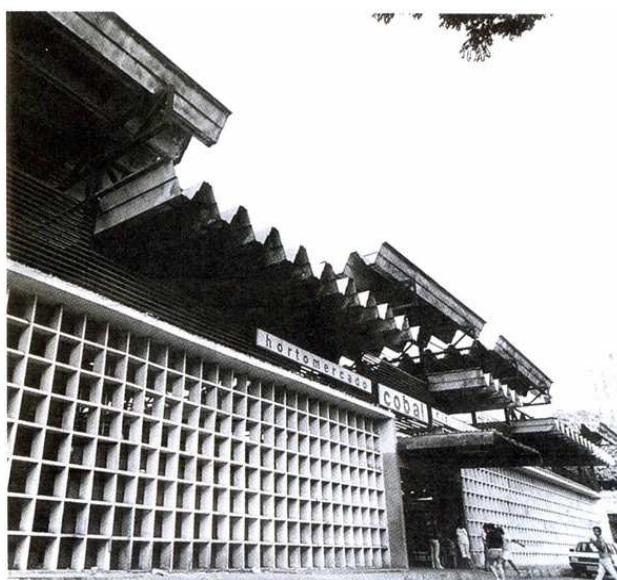


Fig.2 – Hortomercado Humaitá nos anos 1980. Arquiteto Alcides Horácio de Azevedo.
Fonte: (XAVIER, BRITTO e NOBRE, 1991:152)

A RELEVÂNCIA BRUTALISTA DA FORMA

Para a análise do processo de tombamento de um imóvel é necessário compreender a relevância arquitetônica do bem. Conforme publicado na Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro⁸ (SEDREPAHC, 2007):

“Um bem é considerado de excepcional valor para fins de tombamento quando, por suas características, representa um período histórico, arquitetônico ou de costume (vida, hábitos, modo de morar da cidade), conferindo identidade cultural a um grupo social (nacional, regional ou municipal)”.

Os bens em questão foram implantados a partir de 1971, pelos arquitetos Alcides Horácio de Azevedo, Caio de Oliveira Castro e Márcio Guedes da Costa, como opção permanente às feiras livres. Os Hortomercados⁹ do Humaitá, Leblon, Méier e Campinho seguiram a mesma idéia básica no desenvolvimento do tema: criação de um grande espaço coberto essencialmente livre de obstáculos e compartimentos fechados (*Fig. 3*) (XAVIER, BRITTO e NOBRE, 1991:152).

A partir desta premissa, o elemento arquitetônico que determinou o partido adotado foi a cobertura (*Fig. 3*), formada por calhas autoportantes de chapa galvanizada dobrada, justapostas lateralmente, com aberturas recobertas por venezianas em fibras de vidro. O sistema construtivo adotado utilizou soluções em aço para vencer grandes vãos, tirando partido das características estruturais do elemento de cobertura e restringindo os apoios aos pontos indispensáveis (*Ibid.*). Para os módulos básicos de vendas (*boxes*), adotaram-se componentes industrializados, arranjados adequadamente dentro dos parâmetros de padronização e racionalização que orientaram a proposta - o que lhe rendeu, em 1972, prêmio na categoria de edifícios para fins comerciais, concedido pelo IAB-RJ¹⁰ (*Ibid.*).



Fig.3 – Hortomercado Humaitá. Interior e cobertura do estabelecimento.
Fonte: (XAVIER, BRITTO e NOBRE, *Op. cit.*:152)

⁸ Desde janeiro de 2009, o órgão se intitula Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design.

⁹ Hortomercados são mercados varejistas onde se comercializa hortifrutigranjeiros (hortaliças, legumes, frutas, pequenas aves, ovos) além de pescados.

¹⁰ IAB-RJ – Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio de Janeiro. Na época da premiação a sigla vigente era IAB-GB uma vez que o departamento pertencia ao então Estado da Guanabara.

Estas características tipológicas serviram de justificativa ao Projeto de Lei Nº 2145/2004, que visou tombar o imóvel por interesse histórico e cultural. Segundo a justificativa: “*Trata-se de um grande galpão construído no início da década de 1970, cujas características plásticas podem ser classificadas como brutalista*” (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2004a). O emprego do termo, provavelmente, considerou os materiais adotados sem revestimentos, tais como as telhas de chapa de aço, as vigas metálicas e os elementos vazados de concreto. Contudo é complexo definir o brutalismo de maneira acurada e isenta, pois segundo Zein (2007) “*está longe de configurar um conceito unânime, as diferentes acepções que lhe são atribuídas superpondo-se de maneira pouco clara, parecendo ser uma só quando são muitas*”. Desta forma é propício fazer uma revisão sobre a adoção do termo.

A corrente brutalista partiu de um movimento internacional ocorrido a partir da década de 1950, com a retomada de debates no campo da arquitetura após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Bruand (2003), houve uma distinção entre duas tendências essenciais: o brutalismo de Le Corbusier e o brutalismo inglês. Bruand contesta a classificação nas obras “*Corbusianas*”, embora a característica “*pesada e vigorosa*” do concreto aparente, típica de Le Corbusier, precedeu ao surgimento do termo. O brutalismo inglês, pelo contrário, adere a uma estética de essência material, traduzida pela exposição dos elementos, inclusive dutos, equipamentos, etc. Assim, a escolha de materiais e formas, deu lugar a diversas realizações, “*indo desde uma inspiração imediata na pureza retilínea tão apreciada por Mies Van der Rohe, até a flexibilidade topográfica da planta serpenteante que surge no conjunto de Park Hill em Sheffield*” (*Ibid.*:295)

Bruand conclui que “o brutalismo de Le Corbusier e o brutalismo inglês não tem nenhum ponto em comum, exceto pelo gosto pelo emprego dos materiais no estado bruto”, pois Corbusier adotava exclusivamente o concreto aparente enquanto os ingleses trabalhavam com vasta gama de materiais (*Ibid.*). O brutalismo, para ambos, revelou uma expressão de “*violência, uma revolta contra os usos estabelecidos e os regulamentos que entravam o progresso, [...] ambos recolocam em questão, embora de maneira oposta, e da paixão que os anima, surgiu uma linguagem áspera, decidida [...]*” (*Ibid.*).

Segundo Fuão (2000), por volta das décadas de 1960-70, as idéias do brutalismo no Brasil fizeram escola, embora muitos tentarem negá-lo. Acreditava-se na modernidade das formas duras dos materiais que faziam referência a este vocabulário (concreto bruto, tijolos à vista, instalações aparentes, destaque volumétrico de elevadores, caixas d’água e escadas, etc.), como meio de resistência à ditadura e criação de uma “*identidade arquitetônica nacional*” (*Ibid.*).

Vilanova Artigas foi o expoente desta linguagem arquitetônica no Brasil e decerto influenciou os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (BRUAND, *Op. cit.*:305). Dos seus discípulos, destacaram-se, dentre outros, Joaquim Guedes, Paulo Mendes da Rocha e Sérgio Ferro (*Ibid.*), exemplares do pensamento estético que caracterizou a chamada Escola Paulista. E na cidade do Rio de Janeiro, quais foram seus representantes?

Segundo Castellotti (2006:168), os arquitetos introdutores do brutalismo no ambiente carioca foram Affonso Eduardo Reidy e Sérgio Bernardes. Ao primeiro, destaca-se a obra do Museu de Arte Moderna (MAM) na década de 1950, onde é nítido o uso de alguns elementos do léxico brutalista corbusiano (Fig. 4). De acordo com o autor, “no MAM, como na Unité, o concreto apresenta a marcação das fôrmas de madeira utilizadas durante a construção (expressão da técnica construtiva e da qualidade “escultórica” do concreto)” (Ibid.:70).

Para Castellotti, Sérgio Bernardes, realizou alguns projetos na década de 1950 que seriam fundamentais para a formação da vertente brutalista carioca (Ibid.:74). Sua arquitetura seria baseada em uma combinação de fatores, que incluem “abordagem tecnológica, sistemas portantes arrojados e formas simples” (Ibid.). Como exemplo, menciona a casa de Lotta Macedo Soares (Fig. 4), na qual Castellotti comenta que o uso do aço estrutural, cujo material não constituía praxe entre os arquitetos brasileiros, pode ter se inspirado na obra de Mies Van der Rohe no Campus do IIT¹¹ (Ibid.):

“Assim como o arquiteto alemão, o jovem arquiteto carioca – numa atitude arrojada de projeto, em se tratando de uma “casa de fim-de-semana” – decidiu expor a técnica construtiva, mas conseguiu explorar suas qualidades plásticas por um viés diferente, menos sóbrio e mais ‘gracioso’. O sistema de delgados pilares (de variadas seções) e vigas com expressão industrial (dado seu “treliçamento” em vergalhão) confere ritmo, leveza e clareza à construção. A expressão industrial é reforçada pela fina cobertura corrugada de alumínio, igualmente aparente, que atribui à casa um ar de ‘grande galpão’ [...]” (Ibid.:75).

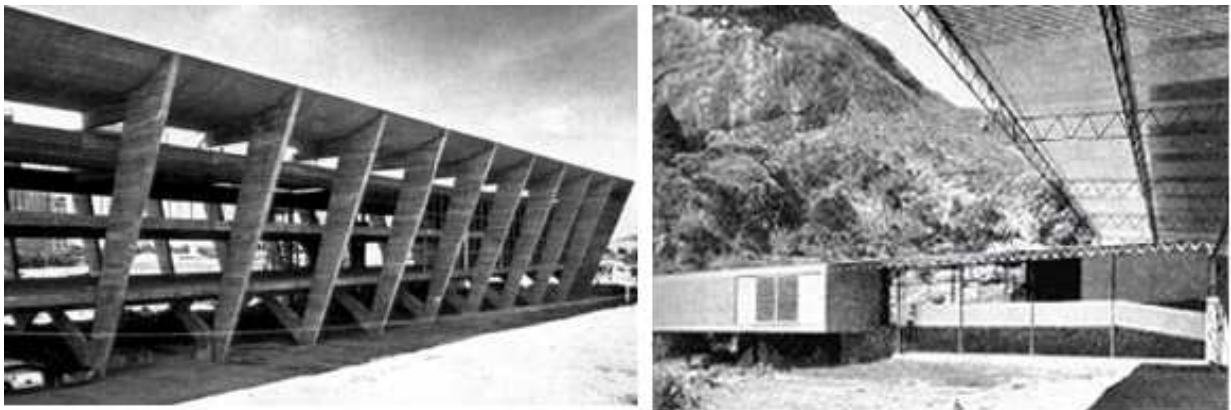


Fig.4 – Exemplos do Brutalismo carioca: À esquerda - Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro, 1953. Arqtº Affonso Eduardo Reidy. Fonte: Zein (2007). À direita - Casa de Lotta Macedo Soares, Petrópolis, 1951. Arqtº Sérgio Bernardes. Fonte: salu.cesar.org.br/argbr

É possível afirmar que a referida obra de Sérgio Bernardes seria, o que mais se assemelha a consideração “brutalista” atribuída ao Hortomercado COBAL, devido ao emprego da estrutura

¹¹ IIT –Illinois Institute of Technology, Chicago, 1938-1958. Toda a construção do campus universitário, projetada pelo arquiteto Mies Van der Rohe. Segundo Blaser (2001) “Como os recursos financeiros eram limitados [...] a construção precisou obedecer a uma estrita economia de materiais: paredes de sustentação de tijolo, estrutura de concreto armado ou esqueleto metálico com revestimento de tijolo ou vidro.

metálica e das telhas aparentes, o que poderia, *a priori*, nos comprovar sua classificação estilística. No Projeto de Lei Nº 2145/2004, esta relevância foi justificada da seguinte forma:

“A rigor, utiliza-se de uma tecnologia própria das construções industriais para transmitir a sensação de grandiosidade típica das construções oficiais típicas daquele período. Não se trata de um mercadinho qualquer, mas de um mercado público construído em pleno milagre brasileiro - sólido, robusto e definitivo, afinal aqueles tempos sombrios não poderiam conviver com algo que se auto proclamava feira livre. A par disto, o prédio, absolutamente distinto, que já lhe valeu uma premiação, se utiliza de grandes treliças metálicas e telhas autoportantes que resultam em generosos vãos livres [...]” (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2004a).

A produção arquitetônica na década de 1970 foi grandiosa, reflexo do “milagre” da economia brasileira¹² que impulsionou a construção civil a níveis nunca vistos. Todavia, associar o “milagre”, à arquitetura dos Hortomercados COBAL, a partir da tríade: *sólido, robusto e definitivo* - contrapõe o discurso do arquiteto autor do projeto, Alcides Horácio de Azevedo que, conforme citado na próxima seção, não concorda com a justificativa do tombamento definitivo de uma estrutura provisória. (JORNAL DO BRASIL, 04 ago. 2004). Deve-se levar em conta que os hortomercados foram executados com materiais de baixa vida útil, como a chapa galvanizada. Conclui-se preliminarmente que, exceto pela relevância tipológica e pela premiação do projeto, o argumento da tríade não seria condizente a um consensual pretexto de tombamento.

Ao considerar que os usos da COBAL do Humaitá se transformaram ao longo dos anos, pressupõe-se que a relevância dos Hortomercados não estaria unicamente relacionada à linguagem arquitetônica, mas aos valores de apropriação simbólica, adquiridos ao longo do tempo. Com base neste pressuposto, na próxima seção examinaremos a segunda categoria do objeto, que trata o significado simbólico adquirido com a *fruição do uso*.

A FRUIÇÃO DO USO

No início o hortomercado COBAL vendia hortifrutigranjeiros. Uma publicação da época relata este cotidiano:

“Antes de mais nada, o colorido, o cheiro, a delícia de passar pelos stands fartos em cenouras, morangos, laranjas, abacates, melões, abacaxis, couves, bananas, espinafres, repolhos, abóboras, maracujás, tomates, peras, goiabas, melancias, maçãs, tangerinas, uvas e caquis, afora os queijos, carnes, peixes, frangos, ovos e plantas. Ir à Cobal dá prazer. Ou irritação, porque nas horas de rush, como às 5h da tarde de um sábado, fica intransitável. O nome correto é Ceasa-Cobal, mas vingou Cobal, tout court. Funciona há 9 anos, área de 10 mil 800m², é o maior hortomercado em volume comercial do Brasil [...] entre hortaliças, frutas, aves, ovos e carnes. Há ainda a loja de sucos, os stands de flores, as ofertas do dia. [...] A semana na Cobal começa à meia-noite de terça-feira [e termina] às duas da tarde de domingo [...]. Até hoje o gerente não conseguiu saber quantas pessoas a

¹² O “milagre econômico” foi a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, especialmente entre 1969 e 1973, no governo de Emílio Garrastazu Médici. Um dos ícones mais significativos que ilustra esta fase foi a construção da “faraônica” Ponte Rio-Niterói. Deve-se reforçar que foi justamente neste período, quando foram implantados os Hortomercados COBAL.

freqüentam, mas até turistas, dos mais requintados [...] fazem da ida à Cobal um must” (JORNAL DO BRASIL, 14 set. 1980).

Por volta dos anos 1970, outra iniciativa apresentada pela COBAL foi a formação de uma rede de supermercados, cujas algumas lojas foram incorporadas aos hortomercados. No entanto, a estratégia da rede se limitou à prática de preços reduzidos, sem investimentos em outros atrativos mercadológicos, o que ocasionou a perda de clientes para as novas redes de supermercados e, por fim, o seu fechamento no final da década de 1980 (VILELA, 2006).

Este fato possibilitou, na década de 1990, o início do processo de transformação funcional dos postos da COBAL. Com a desativação do supermercado do órgão, incorporado à área dos boxes de *hortifruti* do Hortomercado Humaitá, surgem anos mais tarde, novos estabelecimentos, tais como bares e restaurantes (Fig. 5).

“Até o fim dos anos [19]80, um amplo mercado ocupava a área onde hoje funcionam restaurantes da Cobal do Humaitá. A mudança começou em 1992 e um ano depois foram abertos os primeiros bares no local, que logo virou um dos ‘points’ preferidos dos cariocas” (O GLOBO, 09 mai. 2002).

As novas funções transformaram o espaço em um novo local de encontro, lugar de atividades múltiplas com novos usos e opções aos seus frequentadores:

“Frutas, legumes, verduras e peixe são encontrados em qualquer feira. Mas não é qualquer lugar que une todos esses artigos com o prazer de comer pizza e beber chopp, alugar filmes, comprar roupas, desfrutar de culinárias como japonesa e árabe ou até mesmo pagar contas. Essas são algumas das mil faces encontradas na Cobal [do Humaitá]” (KAMNITZER e HENRIQUES, 2007)¹³.

Segundo Santos (1986), a diversidade de atividades é justamente a *“matéria-prima da idéia de cidade”*. De acordo com Jacobs (2000), a necessidade da diversidade urbana, ou seja, de funções que possam gerar presença de pessoas em horários diferentes nas ruas é importante na constituição da vida social nas cidades. No Hortomercado Humaitá, além do mercado de perecíveis (hortifrutigranjeiros e pescados), outros elementos representativos de sua fruição, tais como a boemia e a gastronomia, configuram-no como um lugar diversificado, onde vários atores sociais, constituídos por diferentes faixas etárias e hábitos em comum, definem a dinâmica da vitalidade urbana.

Para Jacobs (*Ibid.*), o grau de *“vitalidade urbana”* influencia o grau de *“urbanidade”* da cidade, a partir de funções diversificadas que geram presença dos *“olhos da rua”*, ou seja, pessoas que contribuem para vigiá-las em diferentes horários, trazendo aos transeuntes da região, uma sensação de segurança e proteção. E é justamente a diversidade que se destaca na maioria das notícias relacionadas à COBAL. Conforme publicação em revista:

“A Cobal do Humaitá é, antes de tudo, um lugar prático. Charmoso também, claro, mas como negar a maravilha de se ter um hortifruti, lojas de produtos naturais, floricultura, lojas de vinho, cafés e vários restaurantes em um só lugar? Há cerca de 13 anos, o mercadão não passava de uma feira fechada onde se comprava frutas e legumes frescos. Quem

¹³ Acessado em </malu1987.wordpress.com/2007/09/06/mil-faces/#postcomment>.

brilhava mesmo era sua irmã, a Cobal do Leblon. Lá se podia tomar um chope com os amigos, como fazia Tom Jobim, todas as manhãs de sábado. [...] O perfil do lugar é bem diferente, dependendo da hora em que se vai. Durante o dia é possível ver mães empurrando carrinhos de bebê, donas-de-casa fazendo compras, velinhos passeando e gente que trabalha por ali atrás de alguma das inúmeras opções de refeição. De noite, o local se transforma e a parte dedicada ao hortifruti fecha suas portas [...] mesas e cadeiras são espalhadas pelo estacionamento, dando lugar a um formigueiro de gente - a maioria jovens que vão lá beber com os amigos [...] Mais uma opção sofisticada para o mercado popular e carioquíssimo". (MENDONÇA, O Dia. Guia de Show e Lazer nº165, dez. 2007)

De simples hortomercado, a COBAL do Humaitá se tornou pólo gastronômico. Além dos usuários da região e da cidade, o mesmo passou a atrair turistas de outras cidades do país e do mundo, caracterizando-a como um dos atrativos locais¹⁴.

Um enorme cartaz fixado em uma das fachadas anuncia em letras graúdas: "COBAL DO HUMAITÁ, AQUI É O POINT" (Fig. 5). Pressupõe-se que o cartaz foi um meio pelo qual os usuários identificam o lugar, sinalizando sua vocação de "ponto de encontro" dentre as demais localidades do bairro.



Fig.5 – COBAL do Humaitá em 2009, diversidade de funções. À direita, detalhe de faixa, onde atesta a apropriação simbólica do espaço. Fonte: Ricardo F. Lopes, 2009.

A COBAL se configurou como ponto de referência do bairro do Humaitá¹⁵ e, no imaginário, atribuem-se a ela novos significados. A sigla perdeu seu significado de mercado público institucional da extinta Companhia Brasileira de Alimentos para se tornar um nome próprio de um local de diversidades (gastronomia, boemia e cultura). Uma internauta, proveniente de outra cidade, indaga a respeito da sigla de origem:

“Um lugar que eu gostei muito aqui no Rio foi o Cobal. Ou “a” Cobal, como [...] sempre me corrige[m]. Pena que [...] não soube[ram] me dizer nem o que significa a sigla e nem a

¹⁴ A diversidade de funções e a vitalidade do lugar foram mencionadas em reconhecido jornal norte-americano: RIO de Janeiro Nightlife: Mercado Cobal [do] Humaitá. *The New York Times*. Nova York, 06 nov. 2007. Extraído do site: <travel.nytimes.com/travel/guides>

¹⁵ Uma amostra desta referência de bairro está em um ponto de parada do metrô de superfície em frente ao hortomercado: Estação Cobal do Humaitá.

história de como tudo começou. Procurei na internet e também não achei nada. Para quem não conhece, é como um conjunto (talvez o CO de Cobal venha daí) de restaurantes onde as mesas dos diferentes estabelecimentos se misturam numa grande área ao ar livre. Essa me pareceu improvisada no estacionamento, que também está ali. Um clima informal, mas com preços de gente chique. De curiosidade [...] peço a ajuda de vocês. O que significa Cobal? É mesmo uma sigla ou estou totalmente desinformada?” (www.yahooreporter.com.br, 2007).

Embora a relevância destes espaços tenha atingido um grande público, sua permanência anda ameaçada, uma vez que o lugar tornou-se cenário de disputas, envolvendo atores sociais e políticos.

AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO

A partir de 2004, as lideranças comunitárias e os lojistas das unidades Humaitá e Leblon, ameaçados pela desativação destas unidades conforme ocorrido com os demais¹⁶ se manifestaram pelo pedido de tombamento. Esta iniciativa ganhou força após surgimento de rumores que um edifício-garagem com onze andares seria construído no lugar do Hortomercado Humaitá (O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, 04 ago. 2004). Na época, a presidente da Associação de Moradores do Bairro de Botafogo, Regina Chiaradia, declarou-se indignada: “- *Fiquei chocada e disse que a proposta ia receber a pior manifestação dos moradores [...] – É preciso reformar, mas mantendo as características atuais*”. (Ibid.)

Ainda na matéria, o conselheiro nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Carlos Fernando Andrade, pediu o tombamento definitivo do imóvel, ao lembrar que “[...] *o lugar serviu para o renascimento do chorinho no Rio e estimulou a criação do Bloco de Segunda, que desfila na segunda-feira de carnaval. [...] É o único espaço livre do bairro que serve para o convívio social*” (Ibid.)

O arquiteto autor do projeto do Hortomercado Humaitá, Alcides Horácio de Azevedo, que na época estudava a readequação da construção, se posicionou contra o tombamento do imóvel, já que o projeto, segundo ele “*foi concebido para ser uma estrutura provisória e não precisaria ser mantido nas mesmas características*” (Ibid.). Ele sugeriu que mantivesse o uso perfazendo uma readequação dos espaços.

Um feirante conhecido como “Sr. Pires” (KAMNITZER e HENRIQUES, 2007) sugere a “*modernização*” da COBAL. Para ele, que acompanhou o todo o processo de transformação do Hortomercado Humaitá, o espaço precisa de reformas: “*a gente tem que se modernizar*” (Ibid.).

Diante de tamanha inquietação da sociedade, o vereador Eliomar Coelho (PT) apresentou à Câmara Municipal projeto de lei que objetivava tombar a construção, alegando interesses de

¹⁶ As unidades do Méier e Campinho, apesar da adaptação de alguns bares na década de 1990, foram desativadas a partir de 2000, permanecendo abandonadas até suas respectivas demolições, em 2005.

caráter histórico-cultural. Desta forma, coletaram-se assinaturas na região para atestar a viabilidade do referido projeto, conforme reproduzido abaixo:

“Nós abaixo-assinados, acompanhamos apreensivos pela imprensa, as notícias sobre a construção de um edifício garagem de 11 andares no terreno ocupado pelo hortomercado Cobal-Humaitá. Desde já, nos posicionamos contrários a tal empreendimento e apoiamos às iniciativas que pedem o tombamento do atual prédio da Cobal” (RIO, A CIDADE PARTIDA, 2004).

O primeiro passo dado pela administração municipal foi preservar as unidades por meio de decreto¹⁷, classificando-os como Área de Especial Interesse Funcional. Desta forma, qualquer modificação, precisa de aprovação do órgão de tutela¹⁸, mantendo as atividades exercidas, sendo elas voltadas para os usos atuais das edificações (bares, restaurantes, mercado, etc), garantindo aos comerciantes que continuem exercendo suas atividades no local.

Segundo a SEDREPAHC (2007), *“um bem é indicado para preservação quando pertence a um conjunto arquitetônico cujas características representem a identidade cultural de um bairro, localidade ou entorno de um bem tombado”*¹⁹. Com o objetivo de preservar a ambiência urbana, são mantidos fachadas, telhados e volumetria. Permite-se apenas modificações internas, desde que se integrem aos elementos arquitetônicos preservados.

O Decreto Nº 24.535 de 17/08/2004 considerou a importância de preservar usos e atividades que contribuem para a qualidade de vida e ambiência urbana dos respectivos bairros, a necessidade de manutenção dos hábitos e costumes culturais peculiares dos frequentadores desses locais, além da garantia do instrumento de Operação Interligada²⁰.

Regina Chiaradia, em outra entrevista, comemorou o que considerou *“uma vitória da população”* (ALECRIM, *Jornal do Brasil*, 19 ago. 2004), o que nos comprova, a priori, a força das organizações coletivas no primeiro passo para a conquista do tombamento.

O TOMBAMENTO PROVISÓRIO E OS CAMINHOS PARA O DEFINITIVO

A situação das unidades da COBAL, na época do tombamento provisório, era de risco. Pois o órgão federal responsável pela atual administração, CONAB²¹, pretendia vender suas unidades com o intuito de *“captar recursos para construir e concluir obras, a fim de ampliar a capacidade de armazenamento da produção agrícola”* (MAGALHÃES, *O Globo*, 19 jul. 2008).

¹⁷ Decreto Nº 24.535 de 17 de agosto de 2004.

¹⁸ Na época, o órgão em vigor era o DGPC – Departamento Geral de Patrimônio Cultural, extinto em 2006 dando lugar à SEDREPAHC.

¹⁹ Extraído de www.rio.rj.gov.br/sedrepahc.

²⁰ Disposto no Artigo 105 da Lei Complementar 16/92 – Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, este instrumento de gestão do uso e ocupação do solo, consiste em alterar os parâmetros urbanísticos mediante contrapartida dos interessados. Isto significa que o mecanismo permite a construção ou a legalização de imóveis com gabarito acima do permitido em troca de compensação financeira para o município. Como a área, objeto da operação interligada, passou a ser Área de Especial Interesse Funcional, os recursos obtidos serão obrigatoriamente aplicados em favor da conservação cultural (Art. 106, § 2º)

²¹ A COBAL foi extinta em 1990 ao fundir-se com demais órgãos ligados ao Ministério da Agricultura. Desta fusão surge a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, que eliminou as operações de varejo e adotou nova condução às políticas de abastecimento.

Este fato gerou instabilidades que ainda refletem na falta de conservação dos imóveis. De um lado, os usuários reclamam e reivindicam investimento dos comerciantes, do outro, ao se sentirem inseguros por serem despejados a qualquer momento, os comerciantes alegam a falta de investimento (JORNAL DO BRASIL, 19 jul. 2008). “*Sr. Pires, como gosta de ser chamado um dos primeiros comerciantes do hortomercado, conta que desde a inauguração a pintura do teto não é retocada*” (KAMNITZER e HENRIQUES, 2007).

Segundo depoimento da presidente da Câmara Comunitária do Leblon, Evelyn Rosenzweig (*apud*. MAGALHÃES, *Op.cit.*), “*as lideranças comunitárias temiam que construtoras comprassem os terrenos e os pólos gastronômicos dessem origem a prédios*”²². Apesar de se encontrar em péssimas condições, ela concorda com o tombamento dos imóveis, ao levar em conta que “*se mais prédios fossem construídos nessas áreas, se agravariam os problemas causados pelo adensamento da Zona Sul, como os engarrafamentos*” (*Ibid.*). Ela frisa que “*o tombamento impede novas construções e diminui o impacto na região*” (O DIA, 19 jul. 2008).

Como estratégia para preservar os imóveis da ação de desativação e venda por parte da CONAB, a administração municipal concedeu o tombamento provisório²³. O decreto considerou: (i) “*o valor cultural das edificações e importância de se preservar marcos culturais e arquitetônicos na paisagem dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro*”; (ii) “*que o projeto de arquitetura para abrigar estes hortomercados, construídos no início dos anos 1970 foi premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB*”; e (iii) “*a necessidade de medidas cautelares para a proteção dos referidos imóveis*”.

A notícia não agradou a todos. O presidente da Associação de Moradores do Humaitá, Paulo Giffoni, em tom de crítica, duvidou dos benefícios do decreto: “*Depois de amanhã o tombamento pode ser suspenso. Não há garantias. A Cobal é um espaço de lazer, sim, mas também acumula lixo e amianto [sic]*”²⁴. *Vamos nos reunir e debater melhor a proposta para o lugar*” (O DIA, 19 jul. 2008).

Deve-se esclarecer que o tombamento de um imóvel não significa sua desapropriação, ou seja, a propriedade do bem continua a pertencer ao seu proprietário. O que ocorre é que, a partir do ato de proteção, o imóvel não poderá ser demolido e qualquer obra de reforma, modificação ou alteração de uso ou atividade deverá ser previamente analisada e aprovada pelo órgão de tutela (SEDREPAHC, 2007).

O referido tombamento foi uma medida cautelar para impedir mudanças nos prédios. Apesar de proibir que eles sejam demolidos, o decreto não impede que o terreno seja vendido (BELLEI e

²² A escassez de oferta de terrenos para construir na Zona Sul valorizou as poucas áreas ainda disponíveis.

²³ Decreto nº 29.596 de 17 de julho de 2008: determina o tombamento provisório dos imóveis da COBAL do Leblon e da COBAL do Humaitá.

²⁴ O equívoco de Paulo Giffoni está na menção sobre o tipo de material adotado na cobertura, que atualmente se encontra em estado de desgaste e corrosão. Ele cita amianto sendo a mesma de chapa metálica galvanizada.

LINHARES, *Jornal do Brasil*, 19 jul. 2008). Para Zambelli²⁵ (apud. REZENDE, 18 jul. 2008), apesar das discussões sobre a sua validade, o tombamento partiu do princípio da suma importância dos hortomercados para a região: “*Nós reconhecemos a importância dos monumentos históricos que fizeram parte da formação da nossa cultura. Dentro da paisagem construída, a gente situa diversos representantes da arquitetura de vários momentos da nossa história*” (Op. cit). Zambelli ainda define os passos para um tombamento definitivo:

“Para a proteção ser definitiva, a prefeitura deve fazer um estudo mais detalhado sobre os imóveis e a região, além de um histórico atualizado [...] sobre a situação dos espaços e o contexto em que ele foi concebido para construir o fichamento do imóvel [...] Para um imóvel ser tombado [...] o primeiro passo é o poder público demonstrar a importância do edifício para a cidade, assim como o lugar onde está e a sua arquitetura. Além disso, não adianta você proteger e deixá-lo isolado da vida do Rio; o importante do patrimônio é ele servir a cidade, sendo utilizado [...]” (Ibid.).

TOMBAR A FORMA OU PRESERVAR O SIGNIFICADO?

Através dos referenciais teóricos analisados, as questões levantadas sobre forma/tipo e uso/significado; da fruição do uso e dos conceitos divergentes sobre o brutalismo ajudaram-nos a uma melhor compreensão sobre o objeto em estudo assim como uma avaliação quanto ao possível tombamento da edificação. Superar a dicotomia entre o material (construção, forma/tipo) e o imaterial (espaço de vitalidade, criador de encontros e de manifestações culturais), a COBAL do Humaitá pode ser um exemplo de uma construção provisória que adquiriu caráter e identidade pela fruição do uso que se processou através dos quase 40 anos de existência, além de se tornar um marco referencial para a população do Rio de Janeiro e de turistas em geral.

É possível reconhecer em sua construção uma tipologia arquitetônica singular, (a qual justificou inclusive uma premiação por parte do IAB-GB em 1972), nas suas especificidades construtivas, através dos materiais aparentes e da cobertura autoportante, a qual permitiu uma flexibilidade de usos. Foi justamente esta flexibilidade que permitiu a sua transformação ao longo do tempo em um espaço simultaneamente de venda de produtos e de local de lazer e entretenimento.

Embora a característica brutalista da construção seja controversa, através da análise das diferentes abordagens colocadas ao longo do texto, o seu possível “gigantismo” contrapõe-se à escala horizontal da edificação e de seus espaços abertos, o que configura um espaço de forte identidade para o bairro, além de permitir uma aeração que confronta com os demais edifícios em altura que o cercam. Essas características sugerem a possibilidade de um tombamento definitivo, ainda que sua materialidade assuma caráter provisório. Neste caso, a recomendação usual seria a restauração e a conservação do tipo construtivo original.

²⁵ André Zambelli era o então secretário municipal da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC.

A trajetória da fruição do uso da COBAL do Humaitá nos demonstrou uma dimensão simbólica considerável. Identificamos na diversidade de funções e atividades culturais, bem como na dinâmica social presente, a formação de uma nova identidade cultural urbana no bairro.

Reconhecer o Hortomercado COBAL do Humaitá como um patrimônio cultural, a partir da concentração e da reprodução de práticas populares tradicionais – como, por exemplo, o carnaval no seu “Bloco de Segunda”; ou a boemia para o carioca – nos faz refletir também sobre o reconhecimento de sua natureza imaterial, como instrumento de preservação do ambiente, questão essa que poderá vir a ser um novo objeto de estudo a ser explorado futuramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2006.

ALECRIM, Michel. “Boemia preservada por decreto”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 ago. 2004.

ARTIGO classe A. *Revista Gôndola*. Belo Horizonte, mai. 2006. p. 29. Disponível em <www.amis.org.br> Acesso em 19 set. 2008.

BELLEI, Carolina e LINHARES, Janaína. Áreas da Cobal são tombadas pela prefeitura”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jul. 2008.

BLASER, Werner. *Mies van der Rohe*. Tradução Júlio Fischer. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Tradução de Ana M. Goldberger. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CASTELLOTTI, Flavio Spilborghs. *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro: a dimensão brutalista*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006. 172 f.

CENDOTEC. Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica. *Torre Eiffel* Disponível em <www.cendotec.org.br> Acesso em 15 nov. 2008.

CHING, Francis D. K. *Arquitetura, forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COBAL corre o risco de acabar. *O DIA Online*. Rio de Janeiro, 19 jul. 2008. Disponível em: <odia.terra.com.br> Acesso em 15 out. 2007.

DOIS tempos da Cobal do Humaitá. *O Globo, Jornal dos Bairros, Zona Sul*. Rio de Janeiro, 09 mai. 2002.

DÚVIDA de bloggers sobre a Cobal. Publicado em 21 jul. 2007. Disponível em: <www.yahooreporter.com.br> Acesso em 15 out. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

FUÃO, Fernando Freitas. *Brutalismo, a última trincheira do movimento moderno*. São Paulo: Vitruvius nº007, Texto especial nº 036, dez. 2000. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp036.asp> Acesso em 26 nov. 2008.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. Tradução de Berta Waldman-Villá e Joan Villá. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HAZAN, Vera Magiano. *O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos*. São Paulo: Vitruvius nº041, nov. 2003. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq041/arq041_02.asp> Acesso em 15 nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *O que é preciso saber sobre mercados e feiras livres*. Rio de Janeiro, 1982.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAMNITZER, Bernardo e HENRIQUES, Malu. *Mil Faces*. Rio de Janeiro: Blog De Olho em Botafogo, 06 set. 2007. Disponível em </malu1987.wordpress.com/2007/09/06/mil-faces/#postcomment> Acesso em 24 set. 2007.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES. Luiz Ernesto. Decreto municipal tomba os prédios da Cobal do Leblon e do Humaitá. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 jul. 2008.

MENDONÇA, Olívia. Cobal cheia de charme. Cobal do Humaitá se reinventa com a aquisição de bares 'arrumadinhos' e novidades nos cardápios. *O Dia*. Guia de Show e Lazer nº165. Rio de Janeiro, 14 a 20 dez. 2007.

MORADORES querem preservar Cobal". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 ago. 2004.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei Nº 2145/2004. "Tomba por interesse histórico e cultural, o imóvel nº 448 da Rua Voluntários da Pátria, jurisdição da IV Região Administrativa". *Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2004a.

_____. Decreto nº 24.535 de 17 de agosto de 2004. "Declara como ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE FUNCIONAL as quadras onde estão situados os locais conhecidos como COBAL do Humaitá e COBAL do Leblon". *Diário Oficial [do] Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2004b.

_____. Decreto nº 29.596 de 17 de julho de 2008. "Determina o tombamento provisório dos bens que menciona. Tomba provisoriamente os imóveis da COBAL do Leblon e da COBAL do Humaitá". *Diário Oficial [do] Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 jul. 2008a p.3.

_____. Lei Complementar nº 16. "Dispõe sobre a Política Urbana do Município, institui o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências", *Diário Oficial [do] Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 04 jun. 1992.

_____. Projeto Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 25. "Dispõe sobre a Política Urbana do Município, institui o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências", *Diário Oficial [do] Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 16 out. 2006.

"MUST" de odores e ofertas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 set. 1980.

PREFEITURA negocia áreas da Cobal". *O Globo*. Rio de Janeiro, 04 ago. 2004.

PRESERVAÇÃO sim, mas com reformas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 jul. 2008.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

REZENDE, Sidney. Cobal do Humaitá e do Leblon serão tombados pela Prefeitura. *Redação SRZD*. 18 jul. 2008. Disponível em www.sidneyrezende.com

RIO de Janeiro Nightlife: Mercado Cobal de Humaitá. *The New York Times*. Nova York, 06 nov. 2007. Disponível em: <travel.nytimes.com/travel/guides > Acesso em 30 ago. 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo". *Projeto*, nº 86. São Paulo, abr. 1986, p. 60-61.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SEDREPAHC. Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <www.rio.rj.gov.br/sedrepahc > Acesso em 28 out. 2008.

VEREADOR luta pela Cobal do Humaitá. *Rio, A Cidade Partida*. Disponível em: <www.consciencia.net/opinioao/rio-barreto/administracao01.html> Acesso em 15 jul. 2008.

VILELA, Pierre Santos. *Distribuição de hortifrutis no Brasil: uma nova oportunidade para os produtores rurais*. FAEMG: Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.faemg.org.br>

XAVIER, Alberto, BRITTO, A. e NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*, São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: Rio Arte, 1991.

ZEIN, Ruth Verde. *Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado)*. São Paulo: Vitruvius nº084, mai. 2007. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq084/arq084_00.asp> Acesso em 15 nov. 2008.